

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Paisagem

O presidente da Abal (associação que reúne a indústria de alumínio), Milton Rego, tem dito a representantes da construção civil que a recente escassez de matérias-primas como perfis e partes de janelas deve se normalizar. A previsão é que em até dois meses o mercado volte ao patamar do início da pandemia, quando o setor reduziu o estoque esperando tempos sombrios. Para Rego, a alta na demanda da construção é só um bolha gerada por este solução da cadeia na pandemia.

GOLE No caso da cerveja, que vem registrando ruptura nas prateleiras de supermercados, o presidente da Abal faz raciocínio semelhante. “Não há falta sistêmica. É muito mais esse tipo de coisa: alguém resolveu duplicar a produção e não tem [latinha] de um dia para o outro”, diz Rego.

CASA Desde junho, quando a XP resolveu apostar na cristalização do home office, cresceu a participação de profissionais de fora de SP. De junho a outubro, 532 das 974 novas contratações são pessoas que não moram na capital paulista. A empresa também recrutou gente na França, no Reino Unido, nos EUA e na China.

CHAVE A XP, que acaba de devolver cinco de seus dez andares de escritórios para enxugar o espaço na capital paulista, prevê que a nova sede em São Roque (SP) ficará pronta até o final de 2021.

MENU O almoço de João Doria com os ministros do Supremo Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, na sexta (9), no Palácio dos Bandeirantes, não foi colocado na agenda do governador divulgada ao público.

ENTRADA O encontro, que foi revelado pela coluna Painel, da Folha, também teve a presença do prefeito de São Paulo, Bruno Covas, do vice-governador, Rodrigo Garcia, e do secretário Antônio Imbassahy. O governo de SP só publicou os três nomes.

PRATO PRINCIPAL A presença dos ministros do STF no almoço também não foi citada na agenda pública de Covas. No horário marcado, a agenda de Toffoli diz que ele estava fazendo despachos internos por videoconferência. A de Alexandre de Moraes não foi divulgada, segundo a assessoria de imprensa do STF.

FOGO Especialistas em gestão ambiental que acompanham o tema no Brasil estimam que as novas declarações do ministro Ricardo Salles possam alimentar seu enfraquecimento político. O prognóstico é que a combinação entre o desconforto do agronegócio com Salles e a ligação de Bolsonaro ao centrão fica mais sensível a cada fala do ministro.

RÉGUA Em um repeteço de uma controvérsia que ficou famosa no Natal de 2019, as redes de lojas pequenas de shoppings querem questionar a sensação geral de que as vendas estão melhorando.

COPO MEIO CHEIO Segundo a Ablos (associação de lojas satélites de shoppings, que são as unidades menores), a divulgação pelo IBGE, na semana passada, de que o comércio fechou agosto com alta de 3,4%, provocou uma impressão equivocada da recuperação entre analistas otimistas.

COPO MEIO VAZIO “Algumas atividades estão conseguindo resultado positivo, como lojas de materiais de construção e outros raros segmentos, mas dizer que o comércio se recupera em V, nós lojistas satélites sabemos que não é verdade”, afirma a Ablos.

BALÃO No Natal do ano passado, a Ablos entrou em uma queda de braço com outra associação de lojistas, a Alshop, que anualmente, no dia 25, publica uma prévia das vendas natalinas. Segundo a Ablos, os dados de crescimento da Alshop de 2019 estavam inflados. Os números oficiais do IBGE consolidados posteriormente mostraram queda.

CARTEIRA No Reino Unido, o Amazon Prime Day, evento anual de ofertas da gigante varejista, começou nesta terça-feira (13) com um boicote de empresas do comércio físico local, que fizeram campanha pedindo para os consumidores evitarem comprar da concorrente digital.

PRAZO DE ENTREGA Segundo a Bira, associação britânica do comércio independente, quase um quarto dos lojistas fecharam as portas depois das medidas de restrição provocadas pelo coronavírus, enquanto o e-commerce avançou no período.

NO CARRINHO Os supermercados paulistas registraram o melhor saldo de vagas acumulado de janeiro a agosto deste ano desde 2014, de acordo com a Apas, associação do setor. Foram contratados 2.215 profissionais em agosto, 79% a mais do que no mesmo período do ano passado.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência setembro*

	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Autônomo, empregador e facultativo				
Valor máx.	R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21	
MEI (Microempreendedor)				
Valor mín.	R\$ 1.045	5%	R\$ 52,25	

Assalariado	Até R\$ 1.045	Aliquota
		7,5%
	De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
	De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
	De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de setembro vence em 20.out para empresas; para pessoas físicas, vence em 15.out. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

	Aliquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.out. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Congresso discute limitar pagamento de jetons em reforma administrativa

Proposta do governo não prevê, até o momento, mudanças nas regras que permitem inflar contracheque de servidores

Danielle Brant, Iara Lemos e Thiago Resende

BRASÍLIA Congressistas querem incluir nas discussões da reforma administrativa um mecanismo para limitar o pagamento de jetons. A remuneração beneficia quem participa de reuniões de conselhos de estatais.

Como jetons não são considerados salário, não entram na conta do limite máximo que um funcionário público federal pode receber. Hoje o teto é equivalente ao vencimento de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Apesar de o governo não ter previsto, até agora, mudanças nessas regras, parlamentares querem usar a reforma administrativa para que o salário bruto, quando somado aos jetons, não ultrapasse o teto do funcionalismo (R\$ 39,3 mil).

Isso valeria inclusive para os atuais servidores. A proposta de reformulação do serviço público, apresentada pelo ministro Paulo Guedes (Economia), poupa quem já ingressou nas carreiras.

A medida, porém, enfrenta o forte lobby de servidores, especialmente do Judiciário, no Congresso. Mesmo com o apoio de governos anteriores, como de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), propostas semelhantes não avançaram no Legislativo.

Mais 330 servidores, inclusive ministros do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), recebem esses honorários por ocuparem cargos de conselhos de estatais. O gasto com esses pagamentos, em média, supera R\$ 1 milhão por mês.



Vai ter economia [de gasto público], o que é sempre positivo, mas a questão é mais de isonomia e fim de privilégios

Thiago Mitraud deputado federal (Novo-MG)



A gente sabe que jetom é que garante quórum [nas reuniões dos conselhos], mas tem de ter limite e não pode virar carnaval

Kátia Abreu senadora (PP-TO)

“O objetivo é coibir abusos e distorções. Vai ter economia [de gasto público], o que é sempre positivo, mas a questão é mais de isonomia e fim de privilégios”, disse o deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), presidente da frente parlamentar em defesa da reforma administrativa.

Defensores das reformas e corte de despesas, integrantes da cúpula do Ministério da Economia acumulam cargos em estatais e, assim, elevam o contracheque. Alguns também recebem mais que o teto de R\$ 39,3 mil.

Em todo o Executivo federal, pelo menos 69 servidores conseguiram uma remuneração acima do limite, ao juntar o valor da gratificação das estatais com o salário bruto.

A senadora Kátia Abreu (PP-TO), uma das principais defensoras da reforma administrativa, sustenta que haja uma regulamentação para o pagamento de jetons.

“A gente sabe que jetom é que garante quórum [nas reuniões dos conselhos], mas tem de ter limite e não pode virar carnaval”, disse a senadora.

Kátia pretende apresentar, ao texto da reforma administrativa, um dispositivo que coloque critérios técnicos para o pagamento dos valores extras. Na análise da senadora, essa mudança poderá também garantir transparência na escolha de quem for ocupar os cargos.

“Mais do que padronizar, é necessário colocar critério técnico. Não é para transformar isso em vaga para amigo. É dinheiro público e precisa ser fiscalizado”, disse a

senadora.

Vice-líder do governo no Senado, Chico Rodrigues (DEM-RR) também defende que o texto da reforma administrativa traga limitações ao pagamento de jetons.

“Todos têm de estar submetidos à lei no limite do teto. Isso [pagamento de jetons] é um absurdo. A reforma administrativa tem de ter essa função de limitar”, afirmou Rodrigues.

Em 2015, o governo de Dilma apresentou ao Congresso um projeto para cortar salários acima do teto do funcionalismo público.

Uma proposta de regulamentar esse limite já chegou a ser aprovada pelo Senado no fim de 2016, quando o então presidente da Casa, Renan Calheiros (MDB-AL), conduziu uma pauta de ataques ao Judiciário, em uma reação ao avanço da Lava Jato.

O projeto seguiu para a Câmara, onde ainda não foi votado no plenário. O texto do Senado se juntou ao de 2015, da equipe de Dilma, mas, por falta de acordo e diante do lobby do funcionalismo, os deputados não analisaram o tema.

A ideia de congressistas é deixar claro, em lei, que os “penduricalhos” dos salários de servidores também estão sujeitos ao teto de remuneração. Isso valeria para gratificações, bônus, horas extras, adicional noturno e valores recebidos por participação em conselhos de estatais, os jetons.

Em 2017, a equipe econômica de Temer tentou retomar a discussão, mas também não conseguiu aprovar a proposta.



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, em sessão da Casa Najara Araujo - 13.ago.20 / Câmara dos Deputados

Maia diz que vota reforma tributária se texto estiver pronto até fim do 1º turno da eleição

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), calcula ser possível votar a reforma tributária no plenário da Casa ainda neste ano se houver um texto acordado entre os deputados e o governo até o final do primeiro turno das eleições municipais.

Em entrevista à rádio CNN, ele reiterou que a “prioridade das prioridades” é votar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, que estabelece medidas de ajuste fiscal e controle das despesas.

Mas não descartou avançar neste ano no texto da tributária que está sendo construído pela comissão mista para unificar as propostas da Câmara (PEC 45), do Senado (PEC 110) e o projeto da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) en-



O custo é alto, mas nosso problema não é o passado, é construir um futuro de melhor qualidade na administração pública

Rodrigo Maia presidente da Câmara

viado pelo governo.

Maia disse que a reforma tributária já está pronta para ser votada na Câmara, tendo cumprido todos os prazos regimentais na Casa.

Para o deputado, o problema na reforma tributária é “primeiro construir um acordo dentro da Casa e depois com o governo”, o que não avalia ser difícil.

“Se tivermos [a matéria] pronta logo depois [das eleições], deixamos o texto pronto até o fim do primeiro turno das eleições municipais, acho que a gente passa a ter chances de aprovar a reforma tributária na Câmara”, disse.

O governo ainda quer mandar outras propostas de reforma tributária, mas, perto das eleições e com a pouca dispo-

sição de lideranças políticas para debater mudanças no período, suspendeu o processo.

Com isso, fontes do Ministério da Economia admitem que a nova etapa da proposta de alterações no sistema tributário só deve ser enviada ao Congresso em 2021.

Maia defendeu ainda a decisão do governo de enviar uma reforma administrativa apenas para novos servidores para evitar judicialização do tema. “Claro que o custo é alto, mas nosso problema não é o passado, é construir um futuro de melhor qualidade na administração pública”, afirmou.

No domingo (11), ele praticamente descartou conseguir votar o texto da administrativa neste ano, por causa do prazo apertado. Danielle Brant